



**Mensagem do Presidente da República de Cabo Verde  
para o Dia Internacional da Biodiversidade  
22 Maio 2016**

No momento em que se comemora o Dia Internacional da Biodiversidade - sob o lema “Integração da Biodiversidade para Apoio as Populações e aos seus Meios de Subsistência” - e se verifica que, em nome de um certo conceito de eficiência económica, a Terra perdeu 3% das suas florestas, resultando disso uma pesada perda da biodiversidade, não podemos deixar de nos questionarmos sobre a qualidade da relação que o homem mantém com a grande prenda que é um Planeta habitável.

Resulta daí a necessidade de conciliar crescimento económico e modernização com a preservação da diversidade biológica, assumindo sempre como dever a preservação do bem comum que é a Natureza, sob pena de as sociedades humanas se tornarem ricas em bens privados mas pobres e mui vulneráveis no que diz respeito a bens comuns a ponto de se comprometer irremediavelmente a sobrevivência das gerações futuras.

Temos consciência de que, em um país como o nosso, encontrar o equilíbrio entre a satisfação das necessidades imediatas e a preservação do ecossistema exige uma criatividade e uma engenharia social apurada, dado que muitas das comunidades isoladas encontram na floresta a sua principal fonte de energia.

Uma tal circunstância obriga à execução de políticas que conciliem o combate à pobreza e o direito de as populações conquistarem a sua subsistência com a salvaguarda da biodiversidade e do equilíbrio do ecossistema. Atingir um tal propósito pressupõe um modelo participativo de gestão dos parques naturais e dos perímetros florestais em um quadro em que às comunidades são garantidas as devidas condições para se associarem ao processo de decisão, ao mesmo tempo que se lhes demonstra que, em última análise, são os primeiros e principais beneficiários das medidas viradas para a preservação dos parques e das áreas protegidas. Há, pois, que promover uma participação efectiva e geradora de mudanças de atitude na relação da população com o seu habitat.

Mas a participação das comunidades na gestão do meio ambiente não deve ser vista como um fim em si. Em boa verdade, para produzir resultados satisfatórios, a participação deve ser acompanhada de medidas concretas tais como a vulgarização de tecnologias amigas do ambiente como, por exemplo, os fogões solares em alternativa ao uso da lenha.

E a subsistência das comunidades isoladas até nem é a mais importante ameaça à biodiversidade no nosso País. A busca de rentabilidade na agricultura, na pesca, no turismo, e a construção de habitação levaram-nos a práticas e a usos de recursos naturais de maneira que em nada contribuem para a preservação da biodiversidade, antes pelo contrário, comprometendo a perenidade de algumas espécies. A extinção do Milhafre Preto, a redução da população da Calhandra do Ilhéu Raso, da Passarinha, etc. são exemplos emblemáticos de como a actividade económica pode perigar a biodiversidade no nosso País, apesar das medidas prudenciais traduzidas na delimitação de áreas protegidas.

Inverter o cenário que acabo de retratar implica em revisitação dos pressupostos que alicerçaram os modelos de avaliação do impacto ambiental no nosso País, bem como uma profunda mudança de paradigma no relacionamento que cada um de nós e colectivamente mantemos com a natureza, de modo a passarmos de meros substractores para uma relação de simbiose e cooperação com a mãe natureza.

Uma relação de simbiose com a natureza que obrigue a um novo entendimento sobre os fundamentos e a razão em que se assenta e se justifica a Taxa Ecológica, tendo presente que ela só é desejável se e quando nos disponibilizarmos a repor, a reconstituir o habitat que a actividade económica degradou.

Por isso a Taxa Ecológica deve perseguir, a um tempo, a promoção de práticas amigas do ambiente e o desencorajamento de decisões que possam conduzir à BIO-degradação da Natureza, devendo as receitas geradas serem investidas na reconstituição do habitat das espécies ameaçadas e no salvamento de espécies endémicas como a Calhandra do Ilhéu Raso. Uma outra opção inteligente, em matéria de aplicação dos fundos obtidos pela aplicação da Taxa Ecológica, seria o financiamento de projectos de desenvolvimento comunitário que apostem na utilização de fontes de energia renováveis como alternativa à lenha. A preservação dos 90.000 hectares de florestas e da diversidade biológica exige dos decisores esta opção e este gesto prenes de simbolismo.

Gostaria, para terminar, lembrar aos compatriotas que este nosso Cabo Verde foi-nos cedido para usufruto responsável e com a obrigação de a repassarmos às gerações

vindouras ( nossos filhos e netos ) em perfeitas condições de uso. Daí, a obrigação de manter intactos o nosso ecossistema e contribuir para que a Terra se mantenha como "o Planeta Azul", que é, sempre na perspectiva de entregar o seu a seu dono, e em condições de garantir a sobrevivência e a felicidade dos que aí vêm.

Desejo a todos um dia internacional da biodiversidade em plena harmonia com o nosso Habitat.

Jorge Carlos de Almeida Fonseca

Source: <http://asemana.publ.cv/spip.php?article118632&ak=1>